

Proletários de todos os países, unam-se!

PROLETÁRIO

PREÇO Cr\$70

Nº5 MAIO - JULHO 82

Abaixo o eleitoralismo!

O fato de a industrialização intensiva do Brasil (o chamado "milagre") ter sido levada a cabo sob um regime de ditadura aberta da burguesia acarretou uma consequência política importante para o movimento operário revolucionário: o jovem proletariado criado por ela não foi corrompido pelo ópio eleitoral-parlamentar, por só ter conhecido um regime de exceção, o qual, por outro lado, também contribuiu para minimizar as influências deletérias (superficiais, na verdade) exercidas pela democracia restringida sobre as gerações operárias anteriores ao golpe.

Ademais, as gincanas eleitorais montadas pelo regime de exceção e o papel de simples figura decorativa a que foi reduzido o Congresso produziram um sadio repúdio a estas instituições, cuja única função é tapear os proletários e desviá-los de sua luta de classe contra a burguesia e seu Estado. Ao mesmo tempo, se difundia nas vanguardas politizadas da classe um antieletoralismo que, embora insuficiente, por não basear-se na oposição frontal e intransigente ao método democrático (a qual, aliás, só

lhes poderia ser fornecida pelo partido de classe, ausente da cena histórica local e internacional, da que foi eliminado pela contra-revolução stalinista e de mocrática), era não obstante prãe de potencialidades classistas. Para esta atitude negativa ante as instituições da democracia eleitoral, contribuíram, aliás, de certa forma, a posição antieletoralista adotada pela maior parte das correntes da "esquerda revolucionária", que tampouco partiam de um antidemocrático (segue pg. 2)

O proletariado e as Malvinas

O choque militar entre a Argentina e a Inglaterra pela posse das insignificantes Falkland ou Malvinas (dá no mesmo, para nós) constitui uma prova contundente do aguçamento inexorável das tensões que perpassam o mundo capitalista, por efeito da crise.

Estas tensões explodem em todos os níveis: econômico, com a guerra comercial, a "desordem monetária", etc; social, com a retomada da luta de classes; mas também ao nível das relações entre os Estados, desde as tensões diplomáticas aos conflitos armados. Por enquanto, estes últimos limitam-se a conflitos localizados, atos de banditagem em geral entre burguesias periféricas, que pipocam em toda parte (Peru-Equador) (segue pg. 8)

Antiimperialismo democrático ou antiimperialismo proletário

O episódio das Malvinas reavivou nas esquerdas o tema do antiimperialismo, que tinha sido uma das principais bandeiras do movimento político da década de 60-início de 70. Mas o alinhamento de fato com o Estado argentino, em sua pretensa cruzada anticolonialista, mostra que este antiimperialismo das forças democráticas (sobretudo as que estão ligadas ao movimento operário), além de estar a mil léguas do único antiimperialismo hoje revolucionário - o antiimperialismo proletário, que se dirige contra toda a constelação dos Estados capitalistas, qualquer que seja a magnitude deles -, tende a tornar-se uma bandeira de união com as próprias forças burguesas, tentáculos locais do imperialismo mundial, que, outrora, pretendia combater.

Apoiando-se no ódio sagrado da classe operária contra a sufocante opressão mundial do imperialismo, este antiimperialismo democrático (logo, burguês) em sua versão atualizada leva, na realidade, ao fortalecimento da opressão de que o proletariado é vítima, ao atá-lo aos apetites, aos interesses e à política contra-revolucionária das burguesias nacionais, seu inimigo histórico direto. Urge, pois, munir a

classe operária e suas vanguardas com as armas que lhes permitam romper com esta posição desastrosa para os seus interesses imediatos e finais.

A POSIÇÃO DE LÊNIN

Em julho de 1920, reuniu-se em Moscou o II Congresso da Internacional Comunista, marco fun-

damental da reconstituição do movimento proletário revolucionário após a bancarrota da II Internacional em 1914. O II Congresso foi realizado imediatamente depois do ponto mais alto do avanço do movimento operário no

(segue pg. 8)

SUMÁRIO

- *Arautos do colaboracionismo*
- *Política de alianças e partido de classe (2)*
- *Em Tempo: um embrião de social-patriotismo*
- *A OSI ante o PT: reboquista e espontaneísta*
- *Polônia: as lições das lutas operárias*

Abaixo o eleitoralismo !

(cont. da p. 1)

tismo consequente, mas sim de um abstencionismo "contingentista": não participar daquelas eleições truncadas, impossibilidade de utilizar aquele parlamento não-democrático.

Contudo, desde que os ventos da "redemocratização" começaram a soprar, as correntes operárias democráticas lançaram-se numa frenética campanha pela democracia, cujo único efeito - desastroso - é o de inculcar no movimento operário aqueles preconceitos paralisadores do democratismo, de que estava fundamentalmente livre. A gincana eleitoral recém-iniciada dá um passo adiante neste sentido, difundindo o engano de que o proletariado pode esperar algo da utilização dos mecanismos eleitoral-parlamentares.

As duas grandes alas em que se divide atualmente o movimento operário democrático - o petismo e os que estão fora do PT, no PMDB - contribuem, ambas, para esta obra de corrupção da classe, cada uma a seu modo.

Assim, com a fusão PP-PMDB, a tríade extra-PT (PC, MR-8 e PC do B) se encontrou junta no bojo do grande partido da oposição burguesa, formado e liderado por velhas e novas raposas da política burguesa. A função que objetivamente desempenham é dar um certo esteio "popular" e operário a este partido, que sem eles dificilmente poderia postular-se como defensor dos trabalhadores.

Este esteio não provém tanto de uma influência real sobre a classe (que é quase nula), mas sobretudo do conúbio da tríade com as organizações "populares" (de favelados, moradores, etc) e sindicais pelegas, cuja força está não em sua ligação com as massas trabalhadoras, mas em seu vínculo com o aparelho estatal da burguesia.

Não bastasse esta política de integração total na oposição parlamentar burguesa, a tríade "operária" peemedebista desembestou no mais reles eleitoralismo, em tudo e por tudo igual ao que caracteriza a campanha de qualquer demagogo burguês. Em troca de algumas vagas para concorrer a poltronas de Câmaras e Assembleias pelo PMDB, centram toda a sua campanha na vitória "das opções" (leia-se: do PMDB), tentando levar os proletários a acreditar que esta vitória será um passo adiante na sua luta. Assim, podemos ler no *Tribuna Operária* nº 67 (3 a 9.5.82), que passa por ser o mais à esquerda(?) da tríade: "A batalha eleitoral faz parte, e com grande destaque este ano, da luta para construir um novo governo, representativo das forças democráticas e da unidade popular (o governo do PMDB, convém recordar - ndr). A con-

quista deste governo e a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita depende fundamentalmente de energias ações de massas". Na verdade, querem saber o que são, de fato, estas ações energéticas? Pois bem: "uma campanha eleitoral combativa (?) pode ser um importante instrumento para mobilizar grandes massas em torno destes objetivos". O que esta gente cala é que tal "mobilização" se reduziria unicamente a que os cidadãos (e não as massas!) "lançam uns poucos de papéis brancos numa caixa de pau", como ironizou o escritor português.

Rebaixando o proletariado a "destacamento mais consequente da oposição", (TO, id.) ou seja, a ala esquerda da burguesia (na realidade o oportunismo operário em suas diversas matizes é que é isto!), o PC do B e os demais não são mais que meros cabos eleitorais dos políticos burgueses do PMDB, e tentam iludir a classe operária com a idéia de que a eleição dos Montoro, Miro, Simon, Tancredo & Cia seria um "objeto imediato para abrir o caminho de transformações mais profundas, rumo ao socialismo".

Em suma, estamos, aqui, diante da velha quimera da via parlamentar ao socialismo, mas numa versão ainda mais infame, já que seria um partido 100% burguês que a abriria !

• • •

O eleitoralismo do PT é mais sutil e, por isto mesmo, mais perigoso. Mais próximo do movimento operário real, sobre o qual tem uma influência nada desprezível, o PT tem a capacidade de traduzir a sua política democrática e oportunista numa linguagem aparentemente classista.

A sua Plataforma e a sua Carta eleitorais (JT, nº2) apresentam a campanha eleitoral do PT como uma campanha "diferente, por que é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais reivindicações do movimento popular... é uma campanha de luta". No entanto, analisando o programa apresentado na Plataforma e, sobretudo, sua atitude ante a questão fundamental do poder (que é um verdadeiro divisor de águas entre o partido de classe e os partidos reformistas), veremos que a tão falada diferença é, antes de tudo, uma simples diferença de retórica, de demagogia reformistas. E que, como é inevitável, a tal "mobilização e organização dos trabalhadores" se dá, de fato, no terreno eleitoral-parlamentar.

Com efeito, todas as medidas que preconiza vão, no máximo, a sugestões de reformas: "reforma agrária" (§3); "reforma radi-

cal na política e na legislação imobiliária" (§4), acrescida de "um amplo programa de construção de casas populares" e outras boboseiras, que qualquer político burguês (até de direita) reivindicaria; reforma no sistema de saúde (§5), e outras reivindicações costumeiras nos programas pequeno-burgueses e nacionalistas de todas as épocas e países, que na da têm a ver com os interesses políticos próprios da classe operária. (O fato de que o §2 levante algumas reivindicações imediatas relativas ao salário, ao desemprego, à jornada de trabalho, não altera em nada este fundo aclassista; na verdade dissolvem-se estas reivindicações neste magma reformista infecto e se as colocam no terreno eleitoral, quando só têm sentido no terreno da luta de classe.)

Esta concepção tipicamente reformista (e o PT ainda pretende combater a "reforma", que seria encarnada apenas pelo PC e consortes !), leva a classe operária a acreditar que possa melhorar suas condições graças a uma mudança da política econômica e social do atual governo, ocultando que só a destruição do capitalismo levará à sua emancipação e que, no plano mais imediato, a defesa e a melhoria de suas condições de vida só pode ser obtida eficazmente mediante a luta frontal contra a burguesia e seu Estado.

E, como em todas as variantes do reformismo operário, este programa de reformas é ligado à conquista eleitoral do poder, ou melhor, do governo, pelos trabalhadores. E é sobretudo neste ponto que o PT dá a sua contribuição - fundamental, devido ao seu peso na classe - para drogá-lo o proletariado com o ópio do eleitoralismo, fazendo com que ele passe a acreditar que possa utilizar as instituições eleitorais e administrativas da burguesia em benefício de seus interesses de classe, e que neste terreno possa dar passos no sentido da sua "mobilização e organização".

Como não tem condições de conquistar o governo central, o cretinismo democrático e reformista do PT concentra-se nos executivos estaduais e, sobretudo, municipais, pois sem dúvida ganhará algumas prefeituras. "À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma (?), com poder de decisão na sua atuação política e administrativa" (Plataforma). Os executivos estaduais e municipais "devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um progra-

ma de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais" (Carta).

Aí está: o velho programa reformista de pôr o Estado burguês, por enquanto através de seus órgãos locais (mas a Plataforma, ao propor um programa de reformas a nível nacional já coloca, em perspectiva, a mesma missão política em relação ao poder central), a serviço da classe operária. Não falta sequer o ingrediente do "socialismo municipal da direita da velha social-democracia do início do século, devidamente temperado ao paladar popularesco dos tempos de hoje, segundo o qual o tal "poder popular" (já nem falam em poder operário - antes assim, aliás!) seria construído a partir da conquista das administrações locais.

000

Os revolucionários não podem deixar-se arrastar nesta orgia eleitoralista. A única posição consequente que podem ter é a de combater a ilusão de que a conquista de cargos eleitorais possa ser posta a serviço do proletariado. Devem chamar a classe operária a abster-se do circo eleitoral-democrático, destinado única e exclusivamente a desviar a sua luta de classe, necessariamente antidemocrática, deixando os palhaços e outros malabaristas políticos da burguesia disputarem entre si os louros das vitórias eleitorais. Devem mostrar-lhe que, enveredando pela via eleitoral, sacrifica necessariamente a sua independência de classe, que só existe no terreno da luta frontal contra a burguesia e seu Estado, e em oposição a todos os partidos que se ligam à legalidade e às instituições democráticas. Devem ser capazes de remar contra a corrente eleitoralista, lutando para que o repúdio instintivo às instituições eleitorais-parlamentares oriundo de um estado de coisas imposto à classe por três lustros de regime de exceção transforme-se num antieletoralismo e num antidemocrático conscientes.

Abaixo o eleitoralismo!

Correspondência

RENATO DEL PRÀ

Casella Postale 962

Milano ITALIA

Arautos do colaboracionismo

Depois do susto causado pela torrente de greves de 78-80, o patronato constata com alívio "o amadurecimento das primeiras posições assumidas" naquele período, que "foram extremadas de parte a parte", como escreve o dirigente do grupo 14 da FIESP, Roberto Della Manna, na Folha de São Paulo (27.3). E logo explica este "amadurecimento" que tanto o empolga: "As entidades sindicais parecem atentar, cada vez mais, para o fato de que os empregados podem servir como assessores das empresas no sentido de chamar a atenção para os problemas que surgem, buscando preveni-los... É um portante lembrar, também, que a riqueza dos habitantes de um país em desenvolvimento... só é passível de aumento por uma ação conjunta de patrões e empregados, em que todos tenham consciência de que a meta comum é a melhoria crescente da produtividade, sem a qual não haverá muito o que re partir" (idem).

Nesse quadro é mais do que claro que a classe patronal apoiará uma reforma sindical democrática, que verá colocar nas costas dos trabalhadores mais um peso: o da responsabilidade pela saúde financeira da empresa, pela "melhoria crescente da produtividade". Chega a parecer cinismo continuar repetindo que o bolo tem que crescer para ser dividido a contento para todos. Mas, para que não fiquem dúbidas a respeito da fórmula colaboracionista encontrada por Della Manna (que de nova não tem nada), para que não digam que ele - líder empresarial - estaria induzido a crer nessas cretinices, fica a encargo de um acólito, um advogado dos sindicatos de trabalhadores, defender com mais ousadia esta tese anti-operária: "O processo de negociação, pouco conhecido pelo público, não deve ser entendido como mero confronto de forças. Bem mais do que isto é uma disputa de inteligências, onde entram, como ingredientes indispensáveis, a habilidade e a paciência. Quem dispõe de muita força, traduzida pelo lado dos assalariados na organização consciente e monolítica das bases, pode, eventualmente, se sentir inclinado a desconsiderar a importância da aplicação da inteligência. Vale lembrar, todavia, que sem ela é possível que mesmo uma organização muito sólida seja envolvida e subjugada por um adversário aparentemente de menor calibre, porém, conduzido com maior dose de competência. Inteligência e força constituem-se no binômio ideal para uma negociação coletiva. E a experiência ensina que, quando não se dispõe de força, mais desenvolvida e aguçada deverá ser a inteligência" (Almir Paz zianotto, FSP, 21.3).

mo quando se a tem). A testa iluminada deste advogado medíocre garantirá aos trabalhadores maiores conquistas. Resta-nos perguntar se na sociedade capitalista as vitórias ilusórias conseguidas pelo reformismo não se esborracharam nos recifes da crise econômica, de ciclo inevitável e insuperável pela economia de mercado. Se as vantagens conseguidas nos períodos de prosperidade não são arrancadas covardemente nas crises: está aí o desemprego em massa no mundo inteiro, a queda do nível de salário real, a insegurança para o proletariado, que não tem garantia de que comer num mar de acumulação de riquezas nunca antes visto. E perguntamos ainda a esse arauto da colaboração de classes: que garantias ele dará aos trabalhadores se eles, ao contrário da luta intransigente por seus interesses, abraçarem esse "notável veículo de aproximação entre o capital e o trabalho que indiscutivelmente é a negociação coletiva"? Certamente nenhuma, porque o pacto social sempre proposto pelas classes possuidoras vem no sentido de reforçar e conservar o capitalismo, cuja mola mestra é o lucro.

Voltemos a Della Manna para ver com clareza qual o motivo da alegria diante da negociação: "A atual etapa de negociações com os sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos, por exemplo, tem como questão mais relevante, não mais os níveis salariais, mas os critérios preferenciais de emprego, um sistema que, diante da impossibilidade de se instituir de pronto a garantia de emprego, busca um equilíbrio entre o direito de a empresa demitir e o direito do trabalhador de estar empregado".

Então fica claro: se os operários jurarem fidelidade ao capital, prometemos tudo fazer para minorar seu sofrimento. Recomeça-me seu senhor, que eu lhe afrouxo as correntes. É essa a vaga proposta da democracia, a eterna promessa da burguesia que, até os dias de hoje, nunca foi cumprida.

Nós, por outro lado, preveremos um caminho menos róseo para a classe trabalhadora. Apontando para a luta, sabemos que os sacrifícios serão maiores, mas os resultados a longo prazo mais seguros. Confiando na relação de forças entre capital e trabalho, cujos interesses são inconciliáveis, dizemos claramente que o proletariado só garante suas conquistas com a força organizada e não pela "habilidade e inteligência" de negociadores que se trançam nas salas patronais.

É um chamado clássico à negociação, a não usar a força mes

Peleguismo protecionista

O ideal do laçao é ser igual ao seu amo, que tenta imitar em suas maneiras e atitudes, e cuja mentalidade assume de maneira grotesca. Os laçaios sindicais da burguesia comportam-se do mesmo modo. Assim, se desde há algum tempo os burgueses da Europa e da América buscam medidas protecionistas para enfrentar a concorrência industrial do Japão, agora os pelegos da metalurgia do mundo inteiro resolveram imitar seus amos burgueses e, por sua vez, "iniciar estudos de mecanismos protecionistas no sentido de impedir que as exportações daquele país 'causem impactos desfavoráveis na economia e no nível de emprego de outras nações'", informa a *Folha de São Paulo* (9.5.82) o Joaquinão, que participou, com 200 delegados de todos os continentes, do 8º Congresso Mundial dos Trabalhadores (?) da Indústria Automobilística, realizado em Tóquio, no final de abril. Cumpre ressaltar que, desta reunião de sumidades pelegas mundiais, participaram, como integrantes da delegação brasileira, além do Joaquim e seu congênere carioca, o Pimentel, o João Lins (São Caetano), Jorge Noman Neto (B. Horizonte) e, também, o Ari Russo (S.J. dos Campos) e o lulista Jair Meneguelli. Cabe aqui, à perfeição, o provérbio: diga-me com quem você anda, e lhe direi quem você é! Em outras palavras: quem participa de delegação de pelegos, pelego é.

A classe operária deve combater decididamente a política mentirosa e 100 % burguesa que estes laçaios do capital preconiizam. Deve compreender que o protecionismo só favorece, única e exclusivamente, aos capitalistas nacionais, ao mesmo tempo que contribui poderosamente para dividir a classe operária internacional, ao levar os proletários de cada país a se unirem com suas burguesias na concorrência internacional entre os bandidos capitalistas. A luta contra o desemprego não tem nenhuma eficácia, se travada como luta pela defesa da economia nacional, a qual para enfrentar a concorrência externa investirá mais no aumento da produtividade e, logo, porá mais operários na rua. A bandeira da classe operária nesta luta não é a do protecionismo, mas aquela comum aos proletários do mundo inteiro, na qual estão inscritas as reivindicações de classe: contra as demissões; pelo salário-desemprego; redução do horário de trabalho sem diminuição do salário, para compensar a exploração acrescida que tem por nome "aumento da produtividade"; pela união combatente de trabalhadores desempregados e ativos.

Vimos no número anterior quais os princípios que guiaram os bolcheviques, na direção da Internacional Comunista, quanto a duas questões vitais: a participação de correntes heterogêneas (inclusive não-marxistas na IC; e a questão da frente única. Outro aspecto da questão está em determinar em que medida as soluções táticas e organizativas propugnadas pela direção da IC foram adequadas para a consecução destes objetivos comuns a todos os comunistas revolucionários. Não podemos passar por cima do fato de que, a nosso entender, a IC deveria ter sido muito mais dura na hora de aceitar ou de rejeitar a adesão de correntes cuja trajetória passada não se inseria na luta revolucionária e que só iam a Moscou porque Moscou polarizava o entusiasmo das massas trabalhadoras do mundo inteiro. Mais ainda. Depois da formação dos PCs, a direção da IC recorreu a manobras intermináveis para desenganchar dos partidos social-democratas uma "esquerda" supostamente sensível à propaganda comunista, semeando assim a confusão acerca da capacidade de "evolução" da social-democracia, tanto nas massas operárias, quanto nos próprios partidos comunistas que já tinham nascido rompendo dentro dos partidos socialistas com a tradição reformista e centrista.

Também não podemos passar por cima do fato de que, contrariamente às propostas táticas preconizadas por nossa corrente (que, tendo-se organizado no PS italiano como "Fração Comunista Abstencionista", tinha sido o motor da cisão que levou à fundação do PC da Itália, em 1921, e que então dirigia este partido) de limitar a frente única exclusivamente às organizações econômicas operárias de massa, abertas a todos os proletários e que, portanto, podiam ser conquistadas à influência do partido comunista; não podemos passar por cima, dizíamos, do fato de que a tática da frente única, tal como tinha sido codificada pela direção da IC (que admitia frentes conjunturais com partidos políticos, como a social-democracia), não deu os resultados esperados. Ao contrário, produziu desconcerto nas massas - e, pior ainda, nos próprios PCs - acerca do próprio significado destas "frentes", da potencialidade da social-democracia, entrouvrou a consolidação revolucionária dos jovens partidos e deu início a uma trajetória de oscilações táticas e políticas que enfraqueceram cada vez mais suas seções nacionais, as quais, na sua imensa maioria, dobraram-se ao processo degenerativo da Internacional e à vitória da infame teoria do "socialismo num só país", isto é, a vitória contra-revolucionária do

stalinismo.

Mas este é um outro assunto, que não tem referência direta com o tema que aqui tratamos.

A TRAIÇÃO STALINISTA

Também quanto a estas questões de princípio e de tática, a vitória do stalinismo representou um giro de 180º. Com o VII Congresso (1934), com a política das "frentes populares", a Internacional degenerada preconizou as frentes políticas de suas seções nacionais com a social-democracia para a defesa da democracia burguesa. Com isto, punha-se inteiramente fora do terreno do comunismo revolucionário, que fora o da Internacional de Lênin. Pois se tratava de lutar juntamente com forças contra-revolucionárias por objetivos contra-revolucionários, totalmente alheios ao programa comunista: defendendo a democracia burguesa, inclusive na guerra imperialista, punha-se o proletariado e seus partidos a defender o capitalismo e a dominação burguesa, que deveriam ao contrário destruir.

Com estas frentes de classe, que continuam a ser a pedra de toque tática dos partidos e correntes derivadas do stalinismo (como os PCs nacionais e aqueles que se cindiram seguindo Pequim e que hoje, como o PC do B, após constatarem que foram enganados durante vários lustros - como é que alguém pode ter confiança num partido destes, que se deixa tapear durante anos tão facilmente? -, renegaram do maoísmo e se converteram ao "albanismo"), diluiu-se o proletariado no "povo", transformando-o em simples apêndice da democracia burguesa. Do proletariado, como "classe para si", não sobrou nada: nem programa, nem partido político, nem consciência, nem vontade própria. O proletariado passava a ser um mero componente sociológico da "unidade do povo", junto com o campesinato, a intelectualidade, a pequena burguesia e até a Igreja "progressista". E estas frentes pulularam por toda parte, inclusive aqui, com as ALNs e, depois da guerra, se não tomaram corpo numa organização real, estiveram no centro das teorias das correntes de esquerda sobre a "revolução brasileira", a ser realizada por frente que englobariam várias classes, segundo os partidos. Assim, se o PC preconizava uma política de frentes que incluía a fantasmagórica "burguesia nacional", os grupos mais radicais faziam sua, em geral, a forma - igualmente democrático-burguesa - da "aliança operária-camponesa-estudantil"; e todos transformavam estas frentes em verdadeiro princípio da revolução.

e partido de classe (2)

Reservando para um próximo artigo o problema da relação do proletariado com as outras classes sociais, lembremos rapidamente aqui que a única posição conforme com toda a tradição marxista, a este respeito, consiste em manter rigorosamente a independência de classe do proletariado, o que supõe não a reivindicação verbal dela, como todos fazem sem maiores problemas, mas a *mais total intransigência* quanto aos princípios e ao programa próprios da classe operária, cujo partido não pode fazer a *menor concessão* a este nível a fim de buscar um ponto de acordo programático com as outras classes e camadas. "Comerciando com os princípios" comunistas - como fazem todos os frentistas - a título de ampliar a frente de classes só se chega a um objetivo: destruir a independência de classe do proletariado, ou seja, aniquilá-lo como *classe*.

UMA POLÍTICA ANTIPROLETÁRIA

Vimos que o "frentismo", a política de alianças, tão cara aos nossos esquerdistas, não tem nada que ver com a correta tradição marxista, que muitos invocam para tentar ocultar aos olhos dos proletários a sua prostituição à democracia burguesa e pequeno-burguesa. Mas o abismo que existe entre as "esquerdas" e os princípios marxistas não resulta de fenômenos meramente ideológicos. O oportunismo - ou, mais corretamente, o reformismo democrático em suas múltiplas variantes - exprime com suas posições políticas e ideológicas *interesses de classe* alheios ao proletariado revolucionário. A "unidade das esquerdas" só pode ser concebida, com efeito, em função da *defesa da democracia* - ou, o que dá no mesmo, da luta por uma democracia plena, que é aquela "democracia pura" cara aos renegados da laia de um Kautsky. É precisamente este o terreno em que se coloca o PT, cuja força motora é o *reformismo democrático* dos sindicalistas à Lula, dos intelectualóides e curas que são os mentores ideológicos do partido. A adesão ao PT da maior parte das correntes de esquerda é uma prova irrefutável de que elas, que outrora se apresentavam como revolucionárias, têm o mesmo fundo democrático e reformista, não obstante as suas declarações "críticas", que só servem para dar uma cobertura "à esquerda" ao colaboracionismo petista (exatamente como o centrismo o fazia em relação à direita social-democrática). Ou seja, são, todos eles, "correias de transmissão" da burguesia (grande ou pequena) no movimento operário.

O PT foi apresentado como uma grande conquista dos trabalhadores, principalmente por ter logrado a proeza de pôr no mesmo saco os vários gatos das esquerdas. A "unidade das esquerdas" que ele representa não deve, porém, ser considerada como um passo adiante na luta de classe do proletariado, mas sim como um passo adiante em direção à *democracia burguesa*, que exige, para ser viável, uma força política capaz de enquadrar a classe operária nos marcos da *colaboração de classes*. E é precisamente esta a função do PT (como já explicamos em nosso nº1), que a cumpre com o precioso auxílio dos maníacos do frentismo.

Os militantes proletários sinceramente dispostos à luta revolucionária não devem ligar o avanço da luta de classe à unificação das múltiplas correntes de "esquerda" - cuja multiplicidade, diga-se, não é nada mais que o indício do processo de *decomposição* das "grandes correntes" imperantes no movimento operário a nível internacional, como o stalinismo, o maóismo ou o trotskismo.

O AVANÇO DA LUTA DE CLASSE

O avanço da luta de classe não passa pela recomposição da unidade destas correntes, que não exprimem nem um pouco as exigências revolucionárias da classe operária, mas, pelo contrário, são os veículos da sua castração no terreno da colaboração de classes, da democracia, do reformismo. Ele exige, ao contrário, a *mais nítida demarcação* em relação a elas, em particular, a clara demarcação em relação a este monstro reformista que é o PT, demarcação esta que não pode limitar-se à simples atitude crítica ante as suas orientações políticas centrais, mas que deve traduzir-se *necessariamente* no próprio terreno organizativo. Ou seja, só se pode ser eficazmente contra a política colaboracionista do PT quem se organizar *fora dele*. Os que praticam o "entrismo" com a ingênua esperança de "servir-se" do PT para entrar em contato com militantes operários e camponeses de vanguarda (que, indubitavelmente, foram cativados em grande número por este partido) só conseguem uma coisa: *servir o PT*, que utiliza a sua "democracia interna" precisamente para manter sob controle os militantes de vanguarda, impedindo-os de se colocarem no terreno de *classe*, que é aquele terreno revolucionário que os Lula e consortes renegam cabalmente.

A única posição consequente para os militantes revolucionários

os é aquela, velha de mais de um século, já enunciada pelo *Manifesto Comunista* de 1848: *reconstituição do partido comunista, distinto e oposto a todos os outros partidos das classes burguesas e da colaboração de classes*. E esta reconstituição, que representa uma *ruptura de vanguardas de classe crescentes* com as correntes reformistas e democráticas que predominam necessariamente no movimento operário nas fases desfavoráveis, como a que hoje ainda atravessamos, não poderia jamais iniciar-se a partir de uma aliança ou fusão com estas correntes, para depois delas se separar. Ao contrário, a conquista das vanguardas e camadas proletárias que as seguem exige que os comunistas revolucionários autênticos se organizem *desde o início* de modo totalmente autônomo e em franca oposição a todas as demais forças "de esquerda", que na realidade são esquerdas apenas da *democracia burguesa*.

Ao contrário do que preconiza o PT, a emancipação da classe operária não poderá ser obtida graças a uma democratização crescente do capitalismo, através da via incruenta da reforma. Ela só poderá ser obtida mediante a *revolução proletária*, que se impõe única e exclusivamente com a *guerra civil* contra as classes dominantes, para a tomada do poder e a consolidação da *ditadura do proletariado*, veículo indispensável para a abolição das classes e, com elas, dos antagonismos sociais. E a guerra civil, a ditadura proletária, supõem um partido *homogêneo*, com uma *ferrenha unidade de pensamento e de ação*.

Forjar este partido, assim como forjar a disciplina unitária e revolucionária da classe, é incompatível com a política de alianças, política esta que os comunistas autênticos deixam para os democratas e as correntes derrotistas que pretendem promover o casamento impossível entre democracia e comunismo.

NOS DISTINGUE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da *Internacional Comunista* e do *Partido Comunista da Itália* (Livorno, 1921); a luta da *Esquerda Comunista* contra a *degeneração da Internacional*, contra a teoria do "socialismo num só país" e a *contra-revolução stalinista*; o repúdio das *Frentes Populares* e dos *bloços da Resistência*; a dura obra de *restauração da doutrina e do órgão revolucionários*, em contato com a *classe operária*, fora da *politicagem pessoal e eleitoireira*.

(cont. da p. 1)

dor, Irã-Iraque, etc), mas que vão tendo uma repercussão cada vez maior no quadro político internacional, como o conflito em questão. Em perspectiva, são fatores que comprometem o equilíbrio cada vez mais precário nas relações internacionais, que tenderá a romper-se com uma confrontação geral numa nova guerra pela repartição do mundo, cujos protagonistas centrais serão os grandes Estados imperialistas.

O proletariado nada tem a ver com estas disputas de bandidos, nada tem a defender ao lado da sua burguesia. Muito pelo contrário: a classe operária deve lutar para que a sua própria burguesia saia o mais enfraquecida possível de cada conflito. A perspectiva mais favorável para ele é a derrota da sua burguesia, para a qual se empenhará, sabotando o esforço de guerra, praticando o *derrotismo revolucionário*. Mais favorável, no plano interno, porque desorganiza e enfraquece o aparato estatal nacional que mantém a sua opressão; mais favorável, no plano internacional, porque repercute inevitavelmente na *desestabilização* da rede dos Estados capitalistas que, para lá das oposições entre os blocos imperialistas, estão juntos "confederados contra o proletariado" (Marx). Assim, uma derrota da sua burguesia daria ao proletariado mais liberdade de ação em seu combate de classe, ao mesmo tempo que, tendo contrário para ela dessolidarizando-se da frente patriótica burguesa, consolida as bases do *internacionalismo proletário*, cuja pedra angular é a união dos proletários de todos os países na luta contra suas burguesias e a ordem burguesa mundial.

A guerra das Malvinas encontra a ambos os proletariados, argentino e inglês, politicamente desarmados, privados em particular do órgão indispensável da sua política revolucionária: o partido internacional de classe. Portanto, não se poderia esperar que ambos, ou um deles (ao contrário do argumento favorito dos social-traidores de todas as épocas, o derrotismo revolucionário é *incondicional*, não está na dependência de uma reciprocidade), pudessem erguer a bandeira do derrotismo internacionalista - que, é indubitável, não está perto de voltar a tremular. Mas é ainda mais indubitável que, para que torne a ser empunhada pela classe *apátrida* dos proletários, é indispensável que os núcleos de comunistas autênticos, por mais reduzidos e incapazes de influir *hoje* no curso histórico, mantenham acesa a tradição classista e revolucionária, combatendo pelos meios a seu alcance a mobilização patriótica em defesa de interesses mentirosamente comuns à classe operária e a seus opressores, como a tal soberania nacional, com a qual a burguesia tenta arrastá-la em

seus atos de pirataria.

É preciso uma dose monstruosa de hipocrisia chauvinista para apresentar a empresa guerrreira da burguesia argentina como uma "luta anticolonialista". Se, ao longo de todo o processo de consolidação do regime político e social burguês, quando podia ser historicamente válida a luta anticolonialista, a burguesia argentina (como, em geral, suas irmãs do subcontinente latino-americano) *nunca* travou uma luta revolucionária contra a dominação imperialista (desta mesmíssima Inglaterra, aliás, a quem *sempre* se submeteu covardemente, até vender-se ao amo ianque), hoje, quando já cumpriu todo o seu ciclo nacional, qualquer reivindicação desta natureza não é mais que uma mentira reacionária.

E, com efeito, os motivos contra-revolucionários que levaram a decidir-se pela ocupação das ilhas salta aos olhos de todos, inclusive daquelas escurdas que, no entanto, apóiam-na, realizando grotescos contorsionismos para tentar demarcar-se da Junta Militar. Tratava-se, como todos sabem e afirmam, de uma cruzada destinada a *consolidar a frente interna*, obtendo uma união nacional que fosse capaz de assegurar a ordem, ameaçada por uma profunda crise econômica e política que já estava começando a impulsionar novamente a classe operária - esta *desordeira congelada* - à luta.

No plano econômico, a situação se agravava a cada dia: 35 bilhões de dólares de dívida externa (o 2º endividamento *per capita* do mundo); bancarrota da indústria, que decresceu de -25% entre 1976-81; disparada do custo de vida, que aumentou nada menos que 32.680% no mesmo período! A repercussão desta tremenda crise sobre a classe operária foi dramática: 1.900.000 desempregados (aos que deve-se acrescentar os mais de 2 milhões de habitantes que emigraram: ou seja, somando-se os dois, quase 1/6 da população *total* do país privada de trabalho!); decenso vertiginoso do salário real, que hoje equivale a apenas 46,9% do salário de 1960; demissões em permanência e constantes suspensões temporárias da produção nas fábricas, etc.

Esta situação intolerável começa a levar a classe operária a mobilizar-se, apesar da tremenda opressão policial-militar. O descontentamento operário cresce a tal ponto, que a ultralaboracionista e antioperária CGT (peronista) é obrigada a convocar a manifestação de 30 de março, que vinha prometendo e adiando *desde janeiro*, a fim de evitar uma explosão descontrolada. Três dias depois, tomando o pulso da situação social explosiva, o governo decidiu a ocupação.

Esclareça-se que a violenta repressão policial às manifestações do dia 30, que realizaram-

O proletariado

se em todas as grandes cidades do país, repressão que deixou um saldo de operários assassinados em Mendoza, não se deveu ao fato de a CGT ser combativa ou opositora (a cumplicidade da CGT com seus anos burgueses, com ou sem farda, chegou ao ponto de que ela só falou dos mortos de Mendoza - e, ainda assim, discretamente - em meio à "euforia nacional" do dia 2 de abril!); deveu-se, isto sim, ao temor da burguesia e seus mandatários fardados ante a menor eventualidade de mobilização social.

Esta situação geral insustentável exigia uma nova edição do *Gran Acuerdo Nacional* de Lanusse, um acordo em que as forças políticas representativas se unissem para "salvar a pátria *urgentemente*: não havia tempo, nem condições materiais, para uma "desfascitização" progressiva, à espanhola (ou à brasileira, para ficarmos no continente). Não é que as forças burguesas agrupadas na Multipartidária e a insubstituível CGT não se dispusessem a isto. Muito pelo contrário, como mil vezes no passado, estavam dispostas e ansiosas para participar, uma vez mais, da salvação da instituição e da ordem burguesa, ou seja, da manutenção da classe operária sob o jugo do capital. Mas não podiam lançar-se descaradamente ao socorro do governo militar, sem perder o seu prestígio "oposicionista" e, portanto, a sua própria utilidade política. Era preciso um fato excepcional, que lhes permitisse justificar a "união sagrada".

Este fato foi a ocupação das Falkland/Malvinas, em nome da defesa da "soberania nacional". E a manobra deu certo, já que levou à união e ao apoio *ativo* de todos os setores e de *todas as correntes políticas* em torno do "pavilhão nacional", em defesa do qual os *proletários fardados* (os recrutas e os mobilizados) deverão servir de bucha de canhão. E pouco importa que as correntes de esquerda (*todas* elas), ou os montoneros, façam a reserva estúpida de que apóiam a ação "patriótica" da Junta, mas não a esta: a sua adesão entusiástica à frente nacional demonstra irrefutavelmente que se submeteram plenamente aos interesses e à política da sua burguesia. Quanto aos compadres brasileiros da esquerda argentina, o idêntico apoio que deram a este ato de pirataria patriótica é o prelúdio da sua infalível adesão a uma frente patriótica com a sua burguesia brasileira, de braços com a qual já andam na cruzada pela democratização.

000

É provável, como sugeriram comentaristas burgueses, que os

e as Malvinas Um embrião de social-patriotismo

governantes argentinos não esperavam uma reação semelhante da Inglaterra ante a ocupação de umas ilhas de somenos importância para a coroa britânica, que contavam apenas com os habituais protestos inócuos em alguma sessão da ONU, e com a solidariedade interburguesa de Londres, a quem decerto não escapou a motivação política da empresa argentina. Porém, mais importante que a situação interna da Argentina (ou, mesmo, que as repercussões a nível da América Latina da atitude britânica, como frisou Francis Pym, respondendo a um repórter da TV Globo), seriam as consequências políticas que a "falta de firmeza" da Inglaterra poderia acarretar. Além do apoio dos EUA a Londres, com as consequências danosas em suas relações com a própria Argentina e a América Latina, o fato de que havia um interesse em jogo muito mais importante - pois ligado ao próprio status quo interimperalista mundial - é revelado pelo líder dos "duros" do Partido Conservador inglês, Winston Churchill (neto do ex-premiê), encarregado das questões de defesa do partido: "Se não estivermos dispostos a defender o povo e o território britânico contra um desafio deste tipo, será difícil para nós convencermos o Kremlin sobre a nossa vontade de defender nosso território e o de nossos aliados, em caso de crises muito mais graves". Não podia ter sido mais claro, sobretudo levando-se em conta o proverbial cinismo dos imperialistas britânicos.

Uma vez mais, o aprendiz de feiticeiro desperta forças que não consegue controlar. A manobra para uso interno converte-se numa crise internacional, que repercute notadamente nas relações entre as burguesias latino-americanas e as burguesias norte-americanas e européias. E, como sempre, são os proletários - argentinos e ingleses - que arcam com os custos das operações destinadas a manter este infame sistema de opressão e exploração capitalistas, deixando hoje suas vidas na guerra e, amanhã, derramando mais suor para cobrir os gastos bilionários da mesma.

As contradições crescentes do capitalismo, aumentando as tensões entre as classes e os Estados, vai reduzindo objetivamente a margem de manobra das burguesias e, portanto, tornando cada vez mais inevitável e próxima a reativação da luta de classes. Mas, para tirar partido desta situação objetivamente mais favorável para a classe operária, os revolucionários devem trabalhar com afinco para desfazer a solidariedade nacional que a paralisa e a subjeta a seus escravizadores, aqueles a quem Marx chama de "os senhores da espada, da terra e do capital".

O jornal *Em Tempo* (nº 149, 6 a 19.5.82) nos proporciona uma prova flagrante de que o antiimperialismo democrático das esquerdas hoje não é mais que um monstruoso embrião do social-patriotismo - este desvio contra-revolucionário que engancha a classe operária ao trem da burguesia, nas piratarías internacionais dela. Com efeito, a "solidariedade" que preconiza com o "povo argentino", onde estão misturados burgueses e proletários, gerais e recrutados (estes proletários fardados à força), tem como pedra de toque a unidade do proletariado com a burguesia, pois preconiza como instrumento dela nada mais, nada menos, que os Estados burgueses da América Latina, em particular, o Estado brasileiro.

"O alinhamento incondicional contra a agressão imperialista" - escreve em negrito - "é ineludível. E não se trata só de uma posição de princípio. Politicamente, nada há hoje de mais favorável à revolução continental que o fato de se incentivar uma força que leve OS GOVERNOS LATINO-AMERICANOS A SE ALIAR À ARGENTINA (maiúsculas nossas - ndr) contra a Inglaterra e os Estados Unidos - aliás, contra todos os países imperialistas. Isso o comparam muito bem os governos do Brasil e do México, esforçando-se por manter a neutralidade e esperando lucrar com a derrota argentina".

Se o "internacionalismo" destes social-belícistas em potencial não é mais que um fedorento inter-nacionalismo, a tal solidariedade torna-se, naturalmente, um descarado intervencionismo. Assim, coerentemente com a visão tortuosa acima exposta - de que a união dos "governos latino-americanos" é um fator revolucionário -, conclamam a que se pressione o governo brasileiro a sair da neutralidade. "É urgente a mobilização para impor à ditadura militar brasileira a condenação clara da agressão imperialista e o apoio total ao povo argentino... Hoje, concretamente, devemos exigir que o Itamarati se pronuncie claramente contra os agressores, que o governo responda ao boicote econômico europeu suspendendo o pagamento da sua dívida - como o próprio governo argentino (argh!) -, que se disponha a enviar ajuda militar para enfrentar a Inglaterra... Assim, é urgente que os partidos e os sindicatos, as entidades estudantis, se mobilizem para impor à ditadura brasileira uma definição clara contra o imperialismo e de apoio total ao povo argentino".

Na melhor tradição interven

cionista e social-patriótica, estes candidatos a recrutadores da burguesia contribuem para que a classe operária latino-americana e, em particular, brasileira não veja que "o inimigo está em seu próprio país", chamando-a a alistar-se, como eles objetivamente já se alistaram, na união sagrada com o seu Estado. E, como este histerismo intervencionista os leva a chamar os proletários a marcharem lado a lado com as tais ditaduras militares (cuja derrubada, até agora, era o ponto central do programa dos esquerdistas), *Em Tempo*, para tentar salvar a cara, trata de demarcar-se condenando as tais ditaduras. Mas sem comprometer o esforço bélico! Assim, proclamam

com furor belicista: "Denunciar os ditadores, os burgueses e seus agentes, mas a partir do combate, desde a trincheira do país agredido pelo imperialismo".

Aí está a velha hipocrisia oportunista: encobrir sua ação de lacaios da burguesia, na paz e na guerra, com palavras de vaga oposição. As reservas puramente protocolares de *Em Tempo* aos "ditadores e burgueses" não muda nem um pouco o fato de que, objetivamente, se ache na mesma trincheira da burguesia (a "trincheira do país" - os proletários não têm pátria!), isto é, na trincheira de classe oposta à do proletariado internacional. Ao contrário, estas reservas só agravam a sua política de social-patriotas, de social-traidores da classe, pois servem para dar uma cobertura "operária" e "popular" ao banditismo e ao belicismo capitalista.

Manifiesto del
Partido Comunista Internacional
1981

De la crisis de la
sociedad burguesa
a la revolución
comunista mundial

EL PROGRAMA COMUNISTA

Septiembre-Diciembre 1981

N.º 29

Antiimperialismo democrático

(cont. da p. 1)

primeiro pós-guerra (vitória da Revolução de Outubro, mobilizações revolucionárias na Alemanha, revolução na Hungria, ocupação de fábricas na Itália, etc) e quando se anunciava, após a revolução burguesa na China em 1911, o "despertar do Oriente", o auge do movimento nacional, anticolonial e, por conseguinte, antiimperialista, na Ásia e na África.

A poderosa concepção de Lênin retomou a clássica posição proclamada por Marx em 1850, na Mensagem do CC à Liga dos Comunistas, de soldar a revolução proletária na França e na Inglaterra com a "revolução permanente" nos países feudais centro-europeus daquela época. Lênin apreendeu as enormes potencialidades subversivas contra a Ordem imperialista contidas nas revoltas populares contra as potências coloniais e percebeu que poderosa alavanca para a revolução proletária mundial poderiam ser, por estremecer a dominação do imperialismo sobre 2/3 da humanidade e arrastar na luta política e social contra as velhas classes dominantes locais estas imensas massas exploradas e oprimidas. A perspectiva estabelecida por Lênin fazia, assim, que confluissem contra os mastodontes imperialistas as lutas revolucionárias do proletariado das metrópoles e as das escassas massas operárias e gigantescas massas proletarizadas e camponesas dos continentes atrasados.

Mas, longe de enaltecer o movimento anticolonial em si, as Teses sobre a questão nacional e colonial, redigidas por Lênin e pelo indiano Roy, preveniam o proletariado dos países em que este movimento estava na ordem do dia contra o fato de que "existem, nos países oprimidos, dois movimentos que cada dia se separam mais: o primeiro, é o movimento burguês democrático-nacionalista, que tem um programa de independência política e de ordem burguesas; o outro, é o dos camponeses e operários analfabetos e pobres pela sua emancipação de todo tipo de exploração. O primeiro tenta dirigir o segundo e, em determinada medida, tem conseguido. Mas a Internacional Comunista deve combater esta tendência e procurar desenvolver um sentimento de classe independente entre as massas operárias das colônias".

UM ABISMO DE PRINCÍPIOS

O abismo de princípio entre o movimento antiimperialista burguês e o movimento proletário e é irreduzível. O primeiro propunha-se como objetivo último

a constituição da Nação; o segundo, sem negar a luta transitória por este objetivo burguês propunha-se a destruição do imperialismo e do capitalismo mundiais. O primeiro postulava uma ordem burguesa internacional de "nações livres e iguais"; o segundo propunha-se a solidariedade e a união internacional do proletariado, o abatimento da burguesia de todos os países, a destruição da sociedade de classes e, por conseguinte, a desaparecimento das nações, tanto das velhas, quanto das novas.

A condição *sine qua non* desta perspectiva mundial era a organização do proletariado internacional em partido político distinto, dirigido unitariamente pela Internacional Comunista, o que supunha que "os elementos dos partidos comunistas mais puros (nas colônias) estivessem organizados e preparados para as suas tarefas particulares, isto é, a sua missão de combater o movimento burguês e democrático".

Seis anos depois, a derrota do proletariado europeu, a degeneração stalinista da III Internacional e a catástrofe da revolução chinesa, durante a qual o proletariado e o campesinato pobre foi subordinado ao movimento burguês-democrático do Kuomintang, puseram por água abaixo a estratégia estabelecida em 1920. Desde então, privado de sua independência de classe, o "movimento dos camponeses e operários pobres e analfabetos" foi sempre e em toda parte subordinado ao "movimento burguês democrático-nacionalista, que tem um programa de independência política e de ordem burguesas".

O FIM DO CICLO BURGUESES

A eclosão grandiosa e generalizada da luta anticolonial do último pós-guerra, que estremeceu toda a Ásia e a África e que levou à sua atual organização em Estados nacionais, ocorreu em um contexto internacional e de relação de forças entre as classes que impossibilitava a sua convergência numa luta revolucionária anticapitalista. Não obstante, representou um gigantesco passo histórico no sentido da revolução burguesa, do nascimento de um imenso proletariado na área ex-colonial e da eclosão ali da luta de classes moderna. Mas foi impossível a transformação da revolução anticolonial em revolução anticapitalista: a degeneração stalinista, ao liquidar a independência do proletariado internacional, amarrou a classe operária das metrópoles ao carro do imperialismo, e a dos países

coloniais e semicoloniais ao carro das suas próprias burguesias.

Meio século depois, e quase concomitantemente com a vitória da revolução indochinesa sobre os EUA, os indícios inequívocos do fim do ciclo revolucionário burguês no "terceiro mundo" se multiplicam. Enquanto o jovem proletariado dos países ex-coloniais e semicoloniais, que é hoje tão numeroso quanto o dos países de capitalismo senil, demonstra um vigor exemplar e explode em revoltas repetidas contra os seus Estados nacionais, as burguesias que ontem agitavam a bandeira do antiimperialismo se integram aceleradamente no contexto da Ordem imperialista.

Enquanto a China, de comum acordo com os EUA, se dispõe a desempenhar de modo crescente o papel de gendarme da Ásia, disputando este papel com a Índia, o Egito prontifica-se a representar o mesmo papel no Oriente Médio, ao passo que a Síria, aliada da URSS, já o representou no Líbano, contra as massas palestinas. Enquanto o Marrocos leva a cabo seu infame trabalho de gendarme na África, a soldo do imperialismo francês, a Argélia, do mesmo modo que a Tunísia, sabe que a sua estabilidade social depende, em boa parte, de seu entendimento com o imperialismo ocidental. E não há um só país do velho Oriente que escape à regra. As leis férreas do mercado mundial, a subordinação econômica-financeira ao imperialismo e o perigo palpável das revoltas proletárias, lançam as jovens burguesias nos braços do imperialismo; e este processo se acentua ainda mais pelo fato de que não só não há um antagonismo social entre as classes burguesas das metrópoles imperialistas e dos países periféricos, como, ao contrário, as jovens burguesias periféricas têm no capitalismo imperialista seu ideal social e o bastião supremo da conservação da nova Ordem nas áreas recentemente aburguesadas.

Este ciclo cumpriu-se ao longo de meio século na Ásia e na África, enquanto que, na América Latina, só houve uma versão abortada dele. Aqui, onde já nos anos 30 o stalinismo comprometeu-se diretamente com os imperialismos americano e inglês em nome da "luta antifascista", o antiimperialismo democrático esteve representado, durante a década de 30, por este aborto histórico que foi o APRA peruano, que acabou sendo um simples agente do imperialismo yanque. E o antiimperialismo democrático foi uma bandeira esfarrapada das burguesias nacionais ligadas à incipiente industrialização latino-americana (peronismo, getulismo, janguismo, etc), que não só nada

ou antiimperialismo proletário

linham de revolucionárias, mas que foram, inclusive, incapazes de levar adiante um processo de reformas burguesas radicais numa sociedade gangrenada pelos arcaísmos agrários.

O quadro pareceu modificar-se com a vitória da revolução cubana, longínqua repercussão da vaga anticlonal do Oriente, que galvanizou setores radicais da pequena burguesia. A OLAS (1967) foi sua expressão mais elevada. Os movimentos guerrilheiros pulu lavam por todo o subcontinente levantando os postulados do antiimperialismo democrático e precõ nizam a destruição do caráter semicolonial da América Latina e das estruturas locais. Mas a OLAS já era o canto do cisne do radicalismo pequeno-burguês.

O apoio cubano ao regime militar peruano e à Unidade Popular do Chile indicam a sua adaptação acelerada à Ordem estabelecida...devidamente reformada. À capitulação política do guerrilheirismo venezuelano, brasileiro, argentino e peruano ante a democracia generalizaram este processo em escala continental. A vitória do sandinismo e a política da FDR salvadorenha (ver o nº 1 deste jornal) constituem, de fato, um atestado de óbito do antiimperialismo latino-americano, baseado nos princípios de independência política e de ordem nacionais democrático-burgueses. Para eles, já não se trata de destruir o status quo semicolonial do subcontinente, mas sim de reformá-lo; não se trata de satisfazer as exigências revolucionárias do campesinato, mas sim de modernizar a produção agrária. Já não se trata de revolução, mas sim de reforma; não se trata de esmagar as classes dominantes, mas sim de chegar a um acordo com elas.

Mais ainda. Nos países mais desenvolvidos da América Latina, onde as oposições interburguesas quanto às vias da reforma do Estado se extinguíram ou perderam seu significado e onde o radicalismo pequeno-burguês acabou capitulando, devido ao rápido processo de industrialização e modernização dos últimos anos, levado a cabo sob a égide do próprio imperialismo; nestes países, ressurgem como uma bandeira francamente contra-revolucionária. Já não se trata sequer de lutar contra a burguesia (ou, melhor, contra a parte desta ligada diretamente ao imperialismo) e o Estado nacional, como aspecto inseparável da luta antiimperialista, mas sim de preconizar o próprio Estado nacional como instrumento desta luta. E se o fazem, quando o Estado é governado por forças políticas abertamente canibalescas e anti-proletárias, como os

gorilas argentinos, com que exaltação não erguerão a bandeira da solidariedade nacional, se os atos de pirataria forem levados a cabo por um governo democrático, unido dos óleos eleitorais e parlamentares !

Assim, a mobilização a favor das "Malvinas argentinas" são mais um passo na triste trajetória do antiimperialismo democrático burguês e pequeno-burguês. Após ter renunciado à luta revolucionária e capitulado ante as forças conjugadas das burguesias nacionais e do imperialismo, este antiimperialismo tende a tornar-se uma bandeira de apoio a estas forças, de união e solidariedade com elas em suas aventuras bélicas e congêneres, bem como da união sagrada que estas aventuras visam criar nos países.

Os esquerdóides brasileiros que hoje apóiam a união sagrada do proletariado com o Estado argentino, e chamam a classe operária brasileira a apoiar esta criminoso "solidariedade nacional", amanhã, infalivelmente, chamarão a apoiar "seu" Estado não menos pirata e canibalesco que o vizinho do sul, quando os apetites e interesses da burguesia brasileira ou suas alianças internacionais a lançarem em alguma aventura patriótica. No presente episódio, estas esquerdas, fazendo um eco ignóbil aos próprios Galtieri e outros jagunços das burguesias do subcontinente, têm a possibilidade de invocar, como as esquerdas argentinas, para justificar sua política de capachos da burguesia, uma sua velha bandeira - o antiimperialismo -, por ser o pirata adversário uma velha potência colonial e imperialista. Mas caso não possam invocar esta bandeira em episódios futuros, não hesitarão em desfaldar outras, emprestadas igualmente do arsenal ideológico da burguesia. Não é este um vaticínio de videntes, mas uma antecipação baseada na própria experiência histórica passada do movimento operário, que ensina que as forças que adotam os "sagrados princípios" burgueses da soberania nacional, da independência nacional, do patriotismo, que sempre foram utilizados pelas burguesias para encobrir suas empresas de rapina, sempre agirão como lacaios dos escravizadores do proletariado.

América Latina. Às revoltas operárias do Egito, Tunísia, Argélia, Marrocos, Coréia, Turquia, Irã e, ultimamente, Polônia e Inglaterra, fazem eco as lutas operárias na Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia. A luta contra o capitalismo e, portanto, contra seu pilar essencial, o imperialismo, está na ordem do dia em todos os continentes. Não se trata de um simples retorno à situação de 1920. A História não avançou em vão.

Os comunistas de 1920 tinham ante de si a perspectiva da luta de classe do proletariado das metrópoles imperialistas e da radicalização do movimento nacional e anticolonial, popular e interclassista por definição, nos continentes dominados; a confluência da revolução proletária nos centros imperialistas com a revolta das massas coloniais no Oriente. Hoje em dia, o movimento revolucionário anticolonial, em suas linhas gerais, pertence ao passado. O que está na ordem do dia é a luta revolucionária de classe, que já envolve os 5 continentes, a unidade revolucionária do proletariado mundial (à frente das massas proletarizadas e camponesas pobres) contra a consolação cada vez mais densa dos Estados nacionais, contra a frente cada vez mais densa do imperialismo e das burguesias locais coligadas.

* * *

O antiimperialismo proletário não é o herdeiro do antiimperialismo burguês. Seus postulados programáticos não se situam no terreno da independência nacional, mas sim no da independência política da classe operária; não se situam no terreno da reforma da ordem burguesa, mas sim no da revolução mundial, da destruição da sociedade de classes e, com ela, da desaparecimento das nações.

Mas, por sua vez, isto exige a organização política capaz de garantir esta independência de classe, em escala internacional, contra todas as variantes passadas e futuras do democratismo e do nacionalismo: o partido comunista sem fronteiras.

A REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA MUNDIAL
NA ORDEM DO DIA

A crise mundial desencadeada em 1974-75 abriu novamente as comportas da luta proletária no mundo inteiro, em particular na

Nossa imprensa
conta com o
seu apoio financeiro

Como dizíamos na primeira parte do artigo sobre a "política de alianças", o princípio frentista das esquerdas brasileiras fez com que suas correntes principais, apoiando o PT, se pusessem a reboque e se submetessem às forças democrático-reformistas, por serem as únicas com capacidade unificadora, devido à sua força real de mobilização e à sua influência no movimento operário.

A atitude da OSI é uma ilusão eloquente disto. Após ter oferecido, inicialmente, alguma resistência ao "poder de atração" do PT, à medida que ele foi ganhando força, esta organização trotskista foi modificando as suas apreciações iniciais. Assim, em apenas um ano, suas posições vão do repúdio aberto ao PT ao apoio incondicional a ele como "partido operário", passando, antes, pelo "não se pode saber" o que ele virá a ser.

Vejamos em detalhe. Na sua revista, *A Luta de Classe* (nº2, set. 79), sob o título "Quem sua tenta a ditadura", podemos ler: "A articulação do PT, independentemente de se atraí ou não camadas mais ou menos amplas de trabalhadores, é uma articulação burguesa, que joga ao lado do PCB um papel de apoio à ditadura no seu trabalho de impedir o desenvolvimento das greves e de evitar que o aparelho sindical corporativista seja quebrado pelos trabalhadores". E mais: "no interior da greve mais poderosa que presenciamos, Lula realizou aquilo que a ditadura militar foi incapaz: quebrou a greve (...), conchavou com o Ministro, foi coberto pela Igreja Católica, pelo PCB".

Seis meses depois desta caracterização, a OSI nos oferece um PT de cara mais limpa: já deparamos com um partido em transformação. Na sua revista nº3 (maio de 1980) lemos: "o PT nasce como uma articulação de agentes da burguesia no movimento operário, mas não evoluiu como um pilar da ditadura". A porta já está entreaberta; só falta um empurrãozinho mais, que é dado 6 meses depois (LC nº5, out. 80): a pós o "impacto da greve do ABC" a OSI não pode mais conter a sua tentação: "O PT deixou de ser uma articulação que se arrastava há mais de um ano, passando a ocupar o lugar de um partido operário".

Assim, a classe operária brasileira, que nunca chegou a ter seu órgão de combate (o PC foi abortado pela contra-revolução stalinista antes que pudesse vir a sê-lo), em apenas um ano ganhou um de presente - e um presente dado pelas forças que hoje detêm a direção do movimento e constituem a rede organizativa na que ele se exprime: a Igreja e um setor do sindicalismo oficial (o lulismo).

É deste resultado que a OSI deduz, como perspectiva tática,

o apoio a aquelas correntes do reformismo democrático, ontem apresentadas como "agentes da burguesia no movimento operário", hoje líderes indiscutíveis e, além disso, seus candidatos eleitorais... A OSI não resistiu, pois, como não poderia deixar de fazer, devido à sua visão imediatista, ao poder de atração do reformismo, que ganhava cada vez mais influência no movimento operário; por isto, candidata-se a erigir-se em apêndice ou, melhor, em cobertura de esquerda do reformismo democrático.

Por nosso lado, não podemos negar a evolução do PT nestes últimos anos. Só que, justamente, esta evolução se deu no sentido de precisar cada vez mais nitidamente seu caráter de "agentes da burguesia no movimento operário", ao colocar-se no terreno da legalidade democrática, e não na luta revolucionária contra a dominação política da burguesia, sob todas as suas formas: autoritária ou democrática. Um partido que, além do mais, oficializa seu papel de amortecedor social ao colocar sua estruturação e seu desenvolvimento no marco da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, cuja pedra angular é, precisamente, o respeito aos postulados da Ordem burguesa.

Esta evolução do PT entusiasma tanto esta corrente trotskista, que ela chega ao ponto de afirmar, textualmente, que "a luta pela construção e legalização do PT exprimiria todo o conteúdo do ascenso revolucionário mundial" (sic: LC nº6, grifo nosso).

DESCULPA ESFARRAPADA

A OSI é obrigada, pois, a justificar com uma desculpa esfarrapada a sua posição inicial, afirmando que "a força motriz da sua articulação (do PT - ndr) é a luta dos trabalhadores, e não os partidos burgueses, nem a ditadura militar" (LC nº3). Na realidade, a extensão e o peso do PT dentro do movimento operário seria inexplicável, se considerássemos a sua origem como mera "articulação burguesa": se fosse um partido constituído diretamente pela burguesia, não seria mais que um cadáver político.

O que caracteriza um partido reformista, oportunista, não é o fato de ser ele uma cria direta da burguesia. Pelo contrário, a força do oportunismo está em ser ele um produto do movimento operário, e é tanto mais forte, quanto mais profundas são suas raízes nele. Lênin nos mostra, em seu *Que fazer?*, como as "centelhas de consciência" que surgem no movimento operário em seu confronto com o patronato ou contra o Estado são, em geral, ao menos no que diz respeito à massa dos proletários, rapidamente apagadas e afogadas pelo peso da ideologia ambiente, burguesa, que é a que "mais se impõe espontaneamente, sobretudo ao operário".

A OSI

Reboquista e

Assim, a política que se apóia nestes limites do movimento espontâneo - isto é, a política que fica no terreno do capitalismo, em vez de preparar a sua superação - é uma "política operária burguesa", como insistia Lênin, pois faz da luta política uma simples prolongação da luta contra o patrão, da luta sindical. Acaso não é isto que Lula e consortes pregam aos quatro ventos?

Já para a OSI, este oportunismo operário ("agentes da burguesia no movimento operário") não seria um produto do próprio movimento espontâneo, encerrado em seus limites "tradeunionistas". Pelo contrário, este movimento teria, por si só, a capacidade natural de recuperá-lo das mãos da burguesia e transformá-lo a favor do futuro do movimento.

CULTORES DA ESPONTANEIDADE

É por cair no mesmíssimo "culto da espontaneidade" dos mencheviques demolidos por Lênin que a OSI considera que o PT "é uma articulação política forçada por uma dinâmica que ninguém controla e que é determinante da articulação", e que "no momento atual, o importante é que os articuladores do PT, independentemente de suas intenções, estão promovendo diferenciações e reagrupamentos no movimento operário, que avança no sentido da construção do seu partido de classe".

Que é isto, senão rebaixar a função fundamental de uma vanguarda que se pretende revolucionária, como a OSI, para colocá-la a reboque da "política operária burguesa", detrás do movimento espontâneo? Vejamos bem.

É inegável que o fato de amplos setores do movimento operário terem aderido maciçamente ao PT reveste uma importância considerável. Podemos conceder à OSI que este processo tem, em certo sentido, um aspecto positivo, na medida em que demonstra o anseio e a necessidade das vanguardas operárias a passar da luta sindical para a luta política e a organizar-se, pois, em partido. Assim, se o PT cresce no movimento operário, é em grande parte porque as vanguardas proletárias tentam superar o âmbito restrito das lutas imediatas e extrair dos problemas que ela lhes coloca uma visão mais ampla e geral da luta de classes e de suas exigências. Em suma, trata-se de um primeiro passo, necessário, mas ao mesmo tempo insuficiente para passar à luta plenamente consciente, consequentemente revolucionária.

Ora, esta insuficiência, os cultores da espontaneidade do ti

ANTE O PT

espontaneísta

po OSI são incapazes de perceber. E, todavia, trata-se de uma questão crucial para a constituição do movimento operário revolucionário e de seu partido.

Formulando-o brevemente, o cerne da questão está em que, se estas vanguardas buscam necessariamente programas, plataformas, métodos de luta e de organização, a fim de procurar resolver os problemas que enfrenta em sua luta cotidiana, sua tendência geral é a de tomar as perspectivas e as organizações mais imediatamente acessíveis. Ora as perspectivas mais acessíveis, mais próximas do movimento espontâneo, são precisamente aquelas mais próximas da ideologia burguesa, que "é a que mais se impõe espontaneamente" à classe; isto é, notadamente, aquelas que pretendem equacionar os problemas da classe nos marcos do capitalismo, buscando uma harmonização dos interesses do Capital e do Trabalho. Paralelamente, tendem a seguir as correntes que encarnam estas perspectivas e que, por outro lado, disponham de meios e condições políticas e materiais para estruturar uma organização bastante sólida e difundida, para poder enquadrar aquelas massas. E quem mais pode fornecer estes meios e condições, senão as forças e instituições políticas que emanam da burguesia? Trocando em miúdos: o PT tomou corpo não só por apresentar aquelas perspectivas reformistas, mas também graças ao respaldo que teve da Igreja, dos intelectuais burgueses (perdão, democratas e de esquerda), de deputados e senadores, de advogados e professores, sem falar nos dirigentes sindicais, que além de lhe emprestarem seu programa, lhe emprestaram o indispensável auxílio financeiro, material, logístico, indispensável à sua constituição como partido de âmbito nacional. E nem vamos falar da aceitação direta que teve de parte da burguesia, cuja expressão maior foi a sua legalização...

Assim, uma questão crucial para os revolucionários está em preparar as condições políticas para que a classe e suas vanguardas sejam capazes de superar o âmbito da política tradeunionista (=reformista, burguesa) e abraçar a política revolucionária, "avançando (aí sim!) no sentido da construção do partido de classe".

POLÍTICA TRADEUNIONISTA

E

POLÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Ora, a OSI não contribui nem um pouco para este avanço, imbuída que está da idéia de que

o movimento espontâneo possui "uma dinâmica que ninguém controla" capaz de levar, por si só, à superação de seus limites, e que o simples afluxo de vastos setores do movimento operário ao PT cria as condições para transformá-lo num partido revolucionário.

Na verdade, o que esta gente, em sua miopia espontaneísta, não pode ver é que não há uma continuidade entre política tradeunionista e política revolucionária: há, ao contrário, um abismo - e um abismo de classe -, que só pode ser superado graças à ruptura e ao combate mais intransigentes contra a primeira.

Lênin mostrava que é tarefa dos comunistas "combater a espontaneidade, desviar o movimento operário desta tendência espontânea que tem o tradeunionismo a refugiar-se debaixo das asas da burguesia, levando-o para debaixo das asas da social-democracia revolucionária", isto é, na linguagem da época, do comunismo revolucionário. É unicamente este combate, no qual deverá ser demonstrada, com base nas próprias experiências reais do movimento operário, a insuficiência das perspectivas tradeunionistas avançadas pelo PT e a necessidade da perspectiva revolucionária, que permitirá que as vanguardas proletárias dêem plena consequência a seu anseio de constituir seu partido de classe.

Do ponto de vista imediato, este combate é travado necessariamente contra a corrente, pois a corrente hoje arrasta a classe para o reformismo. Mas, do ponto de vista do avanço da luta de classes à escala histórica (e é deste ponto de vista que se colocam os revolucionários, que trabalham para tornar-se um fator revolucionário da história, em vez de ser, como os imediatistas, um simples joquete nas mãos das forças contra-revolucionárias imperantes no momento), este combate está plenamente conforme com a "dinâmica" da luta de classes - cuja evolução e cujas leis o partido, sim, "controla"; hoje no campo da previsão, do conhecimento teórico, amanhã no campo da luta real, física, ao dirigir o proletariado na tomada revolucionária do poder e, instaurada e consolidada a sua ditadura, na transformação revolucionária da sociedade. Plenamente conforme, dizíamos, porque esta dinâmica levará necessariamente a que as massas e vanguardas autenticamente classistas, que hoje confluem no PT, em busca da via que levará à sua emancipação e a seu partido, se choquem objetivamente contra os limites estreitos da política tradeunionista do PT.

Só que este choque jamais levará à catarse do PT, à sua transformação em partido revolucionário, mas sim à sua implosão (para usarmos esta palavra hoje em voga), isto é, a seu abandono pelas massas revolucionárias. Mas com uma condição essencial: jus-

tamente de que este combate contra a corrente, baseado na maior intransigência programática, seja travado desde já.

A OSI não se habilita nem de longe a este combate. Porque cai de joelhos ante a espontaneidade das massas e suas ilusões desastrosas: o PT é um partido operário, porque "passou a ser encarado por milhares de trabalhadores como um canal de combate para a satisfação de seus direitos e reivindicações", (LC nº 5). Porque é "sem colocar qualquer condição de ordem programática" - logo, dando seu aval ao programa do PT e incapacitando-se a combatê-lo - que decide "tomar parte no combate por um PT sem patrões" (id.). Porque, estes teóricos e praticantes do entrismo incondicional nutrem a idéia de ganhar o PT "pela discussão e pela ação ... para o programa da IV Internacional", isto é, a ganhá-lo desde dentro para a revolução (ou pelo menos, para o programa deles que, supomos, devem pretender ser revolucionário...).

Porém, a história do movimento operário demonstra fartamente - e tragicamente - que a ilusão de pretender "ganhar o oportunismo", recuperá-lo para a causa proletária, só leva ao holocausto das forças proletárias (Alemanha, após a I guerra); e os que preconizam esta perspectiva catastrófica dele são o instrumento. Para os revolucionários conscientes, o grande problema da tática revolucionária não é a conquista dos partidos "operários burgueses", mas sim a conquista das massas e vanguardas proletárias que são presas da influência deles. Mas esta conquista é impossibilitada pela política reboquista praticada pela OSI (e seus demais compadres trotskistas também), com seu entrismo e seu indiferenciamento programático. Supõe, ao contrário, a mais nítida demarcação programática e organizativa. Isto é, supõe a luta sem quartel para a constituição, com base no programa integral do comunismo revolucionário marxista (que está nos antípodas da perspectiva política petista), do partido de classe, que jamais poderá servir-se, como quer que seja, da rede organizativa dos partidos "operários burgueses", dos partidos oportunistas e democráticos, como o PT, justamente por ser uma de suas tarefas principais combatê-los.

**programme
communiste**

**il programma
comunista**

**el-oumami
(l'internationaliste)**

POLÔNIA

As lições das

O grandioso movimento dos operários na Polônia é um marco importantíssimo da luta de classe do proletariado internacional. Após a agitação operária na "periferia" do capitalismo mundial, que se estendeu sobretudo a partir da metade da década passada, da América Latina ao Extremo Oriente, passando pelos países árabes da África e pelo Oriente Médio, ele reintroduziu a luta de classe na velha Europa burguesa e imperialista. E mais: marca um grande progresso da luta operária mundial também pelo fato de que, na Polônia, a classe operária superou o nível das rebeliões e explosões espontâneas, ao empreender uma luta organizada de grande envergadura.

Para que o movimento operário internacional possa avançar a partir deste nível, é indispensável que suas vanguardas tirem as lições da luta operária na Polónia. Para isto, é necessário ressaltar não só o que de genuinamente classista teve o movimento, mas também as ilusões, lacunas, fraquezas que não podiam deixar de existir e que urgem ser superadas.

REIVINDICAÇÕES E MÉTODOS CLASSISTAS

São a defesa de reivindicações classistas, isto é, que se baseiam nas exigências reais da vida, do trabalho e da luta da classe operária, e dos métodos de classe, que se baseiam na ação direta, isto é, na pressão sobre o patronato e o Estado através da mobilização da classe (e não através de negociações fora da luta, dos canais legalitários do parlamento, das petições, das ações judiciais etc), cuja forma essencial é a greve.

A greve de agosto de 1980 proporciona um excelente exemplo deste método de luta. Antes de mais nada, a greve não foi aquele "recurso extremo" a que a classe só recorre se fracassarem as negociações, como gostam os pelegos do mundo inteiro (inclusive os da versão "autêntica" ou "classista", do lulismo e outras oposições daqui). Ao contrário, as negociações com o patronato e seu Estado foram feitas sob a pressão dos operários em greve e em íntima ligação com a mobilização efetiva dos trabalhadores, principalmente através das assembleias de grevistas (todos se lembram de que as discussões com a direção do estaleiro Lênin, de Gdansk, eram transmitidas para a assembleia dos grevistas por alto-falantes. Que diferença das negociações a portas fechadas a que estamos acostumados atualmen-

te, nas quais os sindicalistas podem trair às escondidas!). As assembleias, como comprovou mais uma vez a luta do proletariado polonês, são uma ferramenta indispensável para manter e ampliar a mobilização dos trabalhadores, papel que só cumprem na medida em que sejam *de fato* o órgão de tomada e aplicação das decisões, centralizadas pelo comitê de greve que dela emana; o que não tem nada a ver com o *papel passivo* a que a reduzem os sindicalistas democráticos, ao dar-lhe, na prática, como única função, a votação da continuação ou não da greve, da aprovação ou não de propostas, etc, pela qual buscam apenas fazer com que a derrota que preparam no segredo das negociações seja sancionada pelo aval democrático dos operários. Sem a função, por assim dizer, executiva e de organização, a assembleia é uma simples figura decorativa. Na mobilização e organização dos grevistas, as assembleias foram coadjuvadas, na Polónia, por outro instrumento utilíssimo (e praticamente desconhecido por aqui): os "boletins de informação sobre a greve". Intitulado *Solidariedade* (daí o nome que veio a ter o sindicato), o boletim publicado em Gdansk era tirado diariamente (certos dias, saíam até 2 boletins) a 40 mil exemplares e distribuído em Gdansk e nas empresas que participavam do MKS (comitê de greve interempresas).

Outro aspecto do método classista foi o combate às tentativas e soluções que tendiam a dividir os operários: nossos companheiros da Polónia sabem que a força da classe operária está em sua união mais extensa. Basta citar duas ilustrações desta atitude de classista, que os proletários de todos os países devem fazer sua. No dia 16 de agosto, dois dias após a deflagração da greve (14.8) no estaleiro Lênin, de Gdansk, a direção da empresa tentou sabotar o movimento que se alastrava rapidamente pelo país fazendo concessões aos operários do estaleiro, sabendo que, por ser este o símbolo e a praça-forte da luta operária na Polónia, a suspensão da greve ali esvaziaria radicalmente o movimento geral. Assim, a empresa ofereceu aos operários um aumento de 1.500 zlotys (pediam 2.000), mais um abono pela carestia e outros itens. Walesa logo proclamou a suspensão do movimento no estaleiro, cantando vitória. Mas cantou antes do tempo, porque os operários negaram-se a voltar ao trabalho, exigindo a "continuação da greve de solidariedade com os operários das outras empresas, cujas direções não tinham querido sequer fazer promessas aos operários" (sic: citamos do boletim *Solidariedade* nº 12,

de 30.8.80). Walesa teve, então, que dar marcha a ré e anular a suspensão da greve. Na noite daquele mesmo dia, chegaram ao estaleiro delegados de 21 outras empresas em greve que, juntos com seus companheiros de Gdansk, fundaram o MKS, que foi o centralizador da luta. Falhado o primeiro intento, a burguesia polonesa não desistiu da sua tática divisionista: passou a tentar forçar a negociação separada, com representantes de cada empresa (e, às vezes, até de seções de empresa). Os operários não caem nesta, e o boletim *Solidariedade* nº 1 (23.8.80) se eleva contra "estas tentativas de negociações separadas, destinadas a dividir o movimento, nas quais as autoridades tentam comprar uma parte dos grevistas com aumentos substanciais de salários (...)". Os operários só aceitaram negociações realizadas centralmente entre o MKS e o governo, com base nos 21 pontos de Gdansk.

Ao mesmo tempo que estes métodos, a força do movimento esteve nas suas reivindicações classistas, não só de natureza econômica, mas também política, que retomavam bandeiras de luta tradicionais da classe operária de todos os tempos e todos os países. Estas reivindicações são enumeradas numa pauta de 21 pontos elaborada pelo MKS e publicada no *Solidariedade* nº 2, 24.8.80 (pauta esta em que, porém, como não podia deixar de ser, a influência do democratismo predominante na direção do movimento se faz sentir, sobretudo nos pontos 6 e 13). São, em síntese: liberdade de organização (sindicato livre); direito de greve e de imprensa; readmissão dos despedidos; pagamento dos dias de greve; aumento uniforme do salário-base (2.000 zlotys para todos); redução da idade de aposentadoria e aumento das aposentadorias e benefícios; redução do horário de trabalho (os célebres sábados livres).

UMA ILUSÃO CATASTRÓFICA

No entanto, a maioria das forças de esquerda considerava como a grande lição das lutas operárias na Polónia justamente aquilo que foi o calcanhar de aquiles da grandiosa epopéia da classe operária polonesa: as *ilusões democráticas* impregnadas no movimento pelas correntes que as sumiram a sua direção e que, cum pre ressaltar, correspondiam, de fato, ao seu "nível de consciência", isto é, ao grau de maturidade política por ele alcançado.

Estas ilusões catastróficas

Lutas operárias

se concretizaram na perspectiva da autogestão, do controle operário, sintetizadas na bandeira da "república autogerida" desfralda da no programa do Solidariedade (ponto VIII). A fórmula da autogestão está na moda há tempos na Polônia. Uma das razões principais é a crença (sustentada não só pela propaganda oficial maciça do governo e do partido, mas também das próprias oposições a este - além de, a escala interna cional, por praticamente todas as correntes do movimento operário) de que a Polônia é um "Estado operário", um país socialista. Esta mentira contra-revolucionária leva à conclusão de que a situação desastrosa da classe operária se deve a um mau funcionamento do regime e da economia - e não, como é a realidade, à mesmíssima exploração capitalista de que são vítimas seus irmãos de classe do mundo inteiro. Portanto, a conclusão ilusória a que chegam é de que bastaria livrar-se dos dirigentes incompetentes, parasitas e submissos aos interesses russos; e de que, para "corrigir" as distorções do suposto "planejamento socialista" que punham em segundo plano os interesses dos trabalhadores, bastaria dar a estes a possibilidade de opinar na elaboração do plano. Daí, por exemplo, estas reivindicações apresentadas nos 21 pontos já citados do MKS: "6A - difusão pública de todas as informações sobre a situação sócio-econômica; 6B - possibilidade de todos os meios e grupos sociais participarem das discussões sobre um programa de reformas; 13 - introdução do princípio da designação dos dirigentes com base na qualificação e não pelo fato de pertencerem ao partido". Estas idéias serão amplamente retomadas depois no programa do Solidariedade. E seriam elas, segundo os esquerdóides, o nec plus ultra do movimento polonês!

A "GREVE ATIVA"

A palavra de ordem central desta perspectiva autogestionária era a da "greve ativa". Ela é explicada bastante claramente por Zbigniew Kowalewski, no jornal francês *Le Monde* de 7.1.82. Kowalewski era membro do presidium do Solidariedade na região de Lodz, grande centro industrial a uns 100 km de Varsóvia e Ursus, onde foi organizada, em agosto de 1981, a mais importante "marcha das mulheres" contra a fome. O programa defendido por esta direção regional do Solidariedade consistia no "controle da produção pelos comitês de greve, segundo um plano elaborado pelos próprios trabalhadores e

em função das necessidades sociais. Juntamente com o controle da distribuição, deveria permitir que, graças a métodos revolucionários (?! - a gestão das empresas pelos trabalhadores seria, pois, um método em si revolucionário) a burocracia central fosse privada do poder econômico e que os meios de produção fossem socializados". O problema fundamental, que esta idéia autogestionária lhes impedia de ver, é que este "poder econômico" repousa e é defendido pelo poder político, encarnado por este pilar da ditadura burguesa que é o Estado: para brigar a burguesia do poder econômico é preciso privá-la primeiro do poder político, o que só pode ser obtido mediante a destruição do seu Estado pela guerra civil proletária e a instauração, sobre as ruínas daquele, de um novo Estado, o da ditadura proletária. Mas prossigamos.

Em Lodz e outras regiões, conta Kowalewski, os operários tinham-se preparado para esta "greve ativa" através de iniciativas locais de controle e distribuição dos produtos (por exemplo, da carne, racionada desde dezembro de 1980). E mostra também que o Estado tolerava estas iniciativas, na medida em que estivessem limitadas à distribuição dos produtos e supervisionadas por ele. Em Lodz, a situação alimentar era tão dramática, principalmente depois das manifestações de agosto de 1980, que o prefeito autorizara o Solidariedade a imprimir cartões de racionamento e a dirigir a utilização destes cartões, sob a supervisão de um funcionário do Estado... Como explica Kowalewski, o Solidariedade pôde, assim, "controlar a situação nos centros de colheita no campo, nos matadouros, nos centros de estocagem dos produtos, no comércio varejista. (...) Pudemos, assim, forçar ao prefeito dados que ele próprio ignorava".

É fácil compreender como a burocracia do partido e do Estado aceitaram esta colaboração do Solidariedade na tarefa de reparação da penúria: por gozarem da simpatia dos trabalhadores da cidade e do campo, os dirigentes autogestionários e colaboracionistas do Solidariedade estavam em melhores condições do que os dirigentes do aparato estatal para conseguir que os proletários aceitassem os sacrifícios exigidos pela boa marcha da economia nacional (capitalista)! Bastava apenas que o governo polonês aceitasse o compromisso a que se propunha o Solidariedade. É o que explicava textualmente, ainda em 1980, um dos seus dirigentes, Kuszynski: "Se o governo nos estender a mão e der provas de sua capacidade de reformar a

economia no sentido da autogestão, poderemos, de nossa parte, convencer os trabalhadores de que devem aceitar, em troca, ao cabo de cada etapa, certos sacrifícios materiais". Dispensa comentários!

A burguesia aprendeu (Itália, Alemanha, nos anos 20; na própria Polônia, Hungria e Iugoslávia, após a II Guerra) a recupear os intentos de controle operário da economia, com a criação de conselhos de fábrica ou comitês de gestão que reúnem patrões e sindicatos, mas onde ela conservava o controle do controle... Com isto, ela domesticou os organismos operários nascentes, fazendo com que se transformassem, de órgãos de luta, em amorteecedores da luta.

Desta vez, no outono de 1981, na Polônia, a palavra de ordem de "greve ativa" implicava uma ação generalizada a várias regiões e englobando todos os setores da produção (houve reuniões semiclandestinas entre as diversas diretorias regionais do Solidariedade para prepará-la). Além disso, o controle operário deveria ser salvaguardado por guardas operárias: não se dizia se elas estariam armadas ou não, mas quem fala em guarda operária, fala em possibilidade de confronto.

A "greve ativa" deveria começar no dia 21 de dezembro e, como explica Kowalewski, foi um dos detonadores do golpe do dia 12-13. Na realidade, o movimento tinha chegado insensivelmente a participar do funcionamento da economia e a colocar, na prática, o problema do "controle econômico", sem nunca colocar o problema do poder político e, portanto, do confronto com o Estado. No entanto, o próprio Kowalewski qualificava a situação, em novembro-dezembro de 1981 de "revolucionária"! E, não obstante isto, perseguia junto com a equipe de assessores e especialistas do Solidariedade o sonho do "acordo nacional" entre "o poder estatal, a Igreja - de cuja autoridade moral ninguém duvida - e Solidariedade, como principal movimento social".

Mas esta rejeição a colocar o problema do poder político central não significa, absolutamente, ou subestimação do problema; na realidade, para as tendências moderadas predominantes, trata-se de uma renúncia à luta pelo poder, em prol da busca de um compromisso com a burguesia, pelo bem do capitalismo polonês (batizado, é claro, de comunismo). Basta ler o que Blumsztajn, um dirigente do Solidariedade, dizia no mesmo *Le Monde* (19.12): "O princípio fundamental do movimento, no início, era a 'autolimitação'. Nós imaginávamos que, 'autolimitando-se', isto é, não investindo contra os interesses da URSS nem do poder político do partido po-

As lições das lutas operárias

(cont. da pg 13)

lonês, o POUP, o sindicato poderia, não obstante, conquistar de terminados domínios da vida pública. Pensávamos, ao mesmo tempo, que o controle exercido pela sociedade tornaria o poder dos comunistas mais eficazes (aí está! Pôr o sindicato e o "controle operário" a serviço da burguesia, que se esconde sob o eufemismo de "poder comunista"). *Nos sa perspectiva era a de que a sociedade inteira, auto-organizada, conseguisse controlar o poder central nos setores sociais e econômicos.*"

Se do ponto de vista econômico as idéias dos autogestionários poloneses são um coquetel do socialismo por empresas, caro a Proudhon (com a sua crítica da centralização excessiva, que seria o inimigo principal na Polônia) e suas versões modernas, de Bernstein ao conselhismo, podemos também considerar esta idéia da "greve ativa", expressão dos setores mais radicais, como uma reedição da velha "greve geral expropriadora", típica do velho anarquismo, mas aperfeiçoada e modernizada pelas correntes autogestionárias atuais.

Quanto a isto, a última fase do movimento social na Polônia constitui uma nova crítica dos próprios fatos às ilusões autogestionárias, a todas as correntes que pretendem driblar o Estado, evitar o confronto direto com ele e miná-lo infiltrando-se em seus mecanismos econômicos. A luta de classes é uma luta política; e estaremos caminhando no sentido das piores derrotas, se não travarmos esta luta educando a classe operária a considerar o Estado como seu inimigo mortal, um inimigo que ela tem que destruir para poder controlar a economia e transformá-la.

EQUILÍBRIO IMPOSSÍVEL

Esta desastrosa política autogestionária de autolimitar a luta operária aos "setores sociais e econômicos", sem dirigir-se contra o poder político, perseguiu, no final das contas, a velha quimera dos reformistas de todos os tempos: obter um equilíbrio estável, permanente, entre as classes, o que seria possível graças à democracia. Ora, o problema é que, neste terreno de acordo entre as classes, não há independência de classe possível para o proletariado, a não ser aquela "independência" puramente formal, que apenas esconde a submissão de fato da classe operária à burguesia. Assim, a classe operária polonesa, que se tinha oposto magnificamente ao poder político no terreno da luta aberta pelos seus interesses de classe, criando graças a isto as condições da sua independên-

cia (com o sindicato livre, etc), foi levada a renunciar de fato a esta independência, ao perseguir este equilíbrio impossível.

Impossível, porque os interesses de classe do proletariado e da burguesia são inconciliáveis, se opõem num antagonismo insuprimível: se o proletariado não for capaz de destruir o poder político da burguesia e instaurar o seu, só haverá um equilíbrio sob a forma da sua submissão aos interesses da burguesia, mediante o consenso democrático.

Porém, a democracia era uma aventura perigosa para a burguesia polonesa, tanto por fatores internos, como internacionais. Do ponto de vista das relações de força a escala internacional, a democracia trazia em seu bojo o perigo da alteração do status quo imperialista, atraindo a Polónia para o campo dos imperialismos ocidentais, já que as principais forças democráticas tendiam neste sentido (não só os nacionalistas poloneses, mas a própria corrente autogestionária de Kuron & Cia, ligadas à social-democracia europeia). E isto, apesar de estas forças terem reafirmado inúmeras vezes sua aceitação deste status quo, e o próprio programa do Solidariedade, nitidamente inspirado por elas, rezar em seu ponto II ("O sindicato diante da situação atual do país"): "Nosso senso de responsabilidade nos obriga a ver claramente a relação de forças na Europa, tal como resulta da Segunda Guerra mundial. Quere mos levar a cabo nossa obra de renovação sem comprometer as alianças internacionais, ao contrário, dando-lhes inclusive garantias mais sólidas." Do ponto de vista interno, a democracia representava um perigo muito mais direto, embora não por causa da direção moderada do Solidariedade, cuja política orientava-se para um compromisso, sob a forma de uma "frente nacional", com a burguesia e seu Estado (ver nosso nº anterior). De fato, o capitalismo polonês precisava das maiores garantias para que mantivesse pleno controle da "experiência nacional-democrática", o que supunha, antes de mais nada, subtrair aos proletários toda possibilidade real de influir diretamente sobre a sua organização de classe e levá-los a renunciar à defesa intransigente dos seus interesses de classe: em suma, ela supunha que os operários voltassem ao trabalho, aceitassem os sacrifícios e não "perturbassem" a sacrossanta ordem burguesa. Ora, a forte pressão classista manifestada durante todo o movimento, bem como, dois meses antes do golpe, a dificuldade que encontrou Walesa e seus acólitos, no congresso do Solidariedade de outubro de 1961,

para impor à base um aparelho sindical mais disciplinado e do-brado às diretivas de compromisso com o governo, deixava prever que a direção do Solidariedade de talvez não conseguisse submeter a classe operária, em troca da autogestão.

Assim, os guardiães da ordem capitalista na Polónia sentiram que chegara o momento de parar o movimento, antes que as vanguardas da classe superassem as ilusões e quimeras que este perseguia e rompessem com a política paralisante e desmoralizadora que deixava a iniciativa política ao Estado. E, como sugeriu Kowalewski, Jaruzelski e os seus temiam que a tal "greve ativa" programada para 21 de dezembro pudesse tornar-se o ponto de partida deste processo de ruptura.

O
O O

As condições reais em que a luta de classes ocorreu na Polónia fez com que o poderoso movimento proletário fosse dirigido para objetivos políticos que não têm nada em comum com o interesse histórico e político do proletariado. O processo objetivo do avanço do movimento operário no sentido da revolução dá-se, como dizia Trotski, "por aproximações sucessivas", isto é, compreende necessariamente vias erradas (as de Walesa ou Lula, por exemplo), vias que os revolucionários devem ajudar a superar. Esta "aproximação" histórica fez com que o proletariado polonês se avizinhasse da sua luta revolucionária através de uma democratização do sistema político vigente. E, este, provavelmente um preço que a classe pagará em muitos países "totalitários". Mas esta experiência não podia ser evitada. Porém, ela devia ser considerada pela vanguarda política da classe como sendo aquilo que de fato foi: uma experiência a ser superada sem se comprometer com ela. O papel do partido proletário é o de apoiar-se em sua visão do curso histórico que ainda falta percorrer, em sua avaliação das posições políticas que correspondem a interesses de classe que não são consequentemente proletários, em sua análise crítica do movimento social, a fim de tornar verdadeiramente fecundas as experiências diretas do proletariado e orientá-lo para a via revolucionária, a qual, necessariamente, o proletariado não poderá compreender e seguir de imediato, ainda que seja protagonista de lutas agudas e amplas, mais até que as que vem travando na Polónia.